



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO N° 3818-09.00/13-4  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 88/13**

Ata AJDG nº 45/13

Nesta data, compareceu à sede da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrita no CNPJ sob nº 93.802.833/0001-57, com endereço nesta Cidade, na Rua Gen. Andrade Neves, 106, doravante denominado Procuradoria-Geral de Justiça, a empresa abaixo qualificada, doravante denominada FORNECEDOR, para, atendendo convocação expedida, assinar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na qual estão consignados, em consonância com a legislação vigente, o menor preço do(s) item(ns) constante(s) da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 88/13, expediente nº 3818-09.00/13-4, bem como os compromissos que assume o Fornecedor, nas condições estabelecidas no Edital do Pregão e respectivos anexos, que desta fazem parte integrante, para todos os efeitos de direito, de acordo com as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

É objeto desta ata o registro dos preços de poltronas com 01 (um) lugar e sofás com 02 (dois) e 03 (três) lugares, todos de couro sintético, conforme descrição, marca e preço unitário constantes abaixo, ofertados pela empresa a seguir identificada:

FORNECEDOR: **GAMA MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E DECORAÇÕES LTDA. ME**

CNPJ: 87.550.026/0001-91

ENDEREÇO: RUA MARQUÊS DO POMBAL, Nº378, BAIRRO FLORESTA – PORTO ALEGRE,  
CEP: 90.540-000

TELEFONE/E-MAIL: (51) 3224-6169 [contato@gamamoveis.com.br](mailto:contato@gamamoveis.com.br)

REPRESENTANTE: Vanessa Gehlen Lerrer

MATERIAL:

ITEM	MATERIAL E MARCA	QT.	VALOR UNIT.
1.1	Poltrona c/ 1 lugar – couro sintético – marca: AB GONZALES/PRIME	20	R\$ 599,00
1.2	Sofá c/ 2 lugares – couro sintético – marca: AB GONZALES/PRIME	20	R\$ 899,00
1.3	Sofá c/ 3 lugares – couro sintético – marca: AB GONZALES/PRIME	20	R\$ 1.120,55

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, a Procuradoria-Geral de Justiça convocará o Fornecedor para uma negociação, com o fim de obter redução do preço e sua adequação ao mercado. Se resultar frustrada a negociação, o Fornecedor será liberado do compromisso assumido.

2.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o Fornecedor, mediante requerimento, comprovar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a Procuradoria-Geral de Justiça poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

2.3 O preço ora registrado é o apresentado na proposta vencedora da licitação e não será objeto de reajuste, salvo disposição legal em contrário, emanada de órgão ou poder competente.

2.4 Poderá ser solicitada a revisão do preço registrado, desde que o pedido seja instruído por documentos comprobatórios da procedência do mesmo, tais como lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, de matéria-prima, de componentes ou outros documentos pertinentes.

2.5 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá guardar a diferença percentual entre o preço originalmente proposto e o preço de mercado vigente à época.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

3.1 O presente termo de registro de preços tem validade pelo prazo de 1 (um) ano, a contar do dia útil seguinte ao de sua publicação resumida no Diário Eletrônico deste Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

3.2 O Fornecedor compromete-se a respeitar os prazos de entrega constantes do Edital.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A Procuradoria-Geral de Justiça, de acordo com suas necessidades, emitirá Pedido de Compra, cabendo ao Fornecedor, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do seu recebimento, comparecer no endereço indicado, para firmar contrato de compra e venda, definidor de direitos e obrigações que regerão o fornecimento dos bens objeto deste Registro de Preços, em consonância com os termos do Edital, com a proposta apresentada e a legislação em vigor.

4.2 A não assinatura do contrato de compra e venda, no prazo aqui estabelecido, autoriza o cancelamento do registro de preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei e neste instrumento.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1 O registro poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

a) pela Procuradoria-Geral de Justiça, quando:

a.1) o Fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;

a.2) o Fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato acima mencionado;

a.3) o Fornecedor der causa à rescisão administrativa do Contrato, por um dos motivos elencados no artigo 78 da Lei 8.666/93;

a.4) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

a.5) razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do artigo 78, inciso XII, da Lei 8.666/93 assim o determinarem;

b) pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

5.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo, devendo a decisão final ser fundamentada.

5.3 Qualquer comunicação, decorrente do pedido de cancelamento será feita por escrito.

5.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final, a qual deverá ser prolatada no prazo de até 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO CONTRATUAL**

A gestão da presente Ata será realizada pela Unidade de Patrimônio, telefone (51) 3346-2362, email: patrimonio@mp,rs.gov.br, Rua Voluntários da Pátria, nº 1981, Floresta, CEP: 90010-121, Porto Alegre-RS.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5214.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

É competente o foro da cidade de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou conflitos emergentes do processo.

**CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 A existência de preços registrados não obriga a Procuradoria-Geral de Justiça a firmar contratações, sendo-lhe facultado realizar licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao Fornecedor a preferência em igualdade de condições (Provimento PGJ n. 40, art. 7.º).

9.2 Integram a presente Ata: o Edital do Pregão, com todos seus anexos; a proposta de preços; os Provimentos PGJ/RS 54/2002, 40/2004, 47/2005, 47/2006 e 33/2008; pelas Leis Estaduais nº 11.389/1999 e nº 13.191/2009 e pelas Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993.

Porto Alegre,

---

P/Procuradoria-Geral de Justiça

---

Fornecedor



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**